

# **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA DE GRADUAÇÃO: CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO DE TECNÓLOGOS NO BRASIL E EM CURSOS OFERTADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Autor:** ANTHONE MATEUS MAGALHÃES AFONSO

**Banca examinadora:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Wânia Regina Coutinho Gonzalez (Presidente e Orientadora), Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Helenice Maia Gonçalves – UNESA, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Inês Barbosa de Oliveira – UNESA, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Neise Deluiz – Fundação Oswaldo Cruz, Prof. Dr. Alexandre Maia do Bonfim – Instituto Federal do Rio de Janeiro

**Data da defesa:** 10/07/2017

## **RESUMO**

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar no contexto da produção de texto as políticas públicas educacionais que regulamentam e norteiam a oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs) na perspectiva de identificar a existência de uma ou mais concepções de Educação Profissional e Tecnológica e, a partir de estudo empírico realizado no Estado do Rio de Janeiro em instituições de ensino superior pública (Instituto Federal Fluminense – IFF) e privada (Universidade Estácio de Sá – UNESA), verificar no contexto da prática como esses modelos de educação estão sendo interpretados ou ressignificados. Os CSTs investigados foram Design Gráfico e Sistemas de Telecomunicações no IFF e Design Gráfico e Redes de Telecomunicações na UNESA. A hipótese norteadora da pesquisa sinalizava que no contexto da produção de texto o modelo inicial formulado para os cursos superiores de curta duração, que levou à criação dos CSTs, sofreu significativas mudanças a partir da publicação de instrumentos legais no âmbito nacional e de políticas públicas desenvolvidas sob coordenação do Ministério da Educação nas últimas décadas, indicando alterações na concepção de educação inerente a essa formação. No contexto da prática, a suposição era que o modelo adotado pelas instituições de ensino pesquisadas estava de acordo com as definições das políticas públicas, mas apresentava variações na sua concepção e/ou organização, resultado da interpretação e ressignificação por parte dos agentes envolvidos. O quadro teórico incluiu o modelo analítico do ciclo de políticas proposto por Stephen Ball e as concepções de educação de Karl Marx e Antonio Gramsci. O estudo utilizou abordagem qualitativa e fez uso de diferentes técnicas de coleta e análise de dados. As políticas públicas foram analisadas a partir de pesquisa documental que identificou o momento de criação dos cursos de graduação de curta duração na década de 1960 e traçou a concepção inicial dos CSTs, seguindo com as políticas nacionais criadas a partir da década de 1990, desde o Governo Itamar Franco (1992-1994) até Dilma Rousseff (2011-2016). A investigação dos CSTs selecionados se deu a partir da análise dos seus Projetos Pedagógicos de Curso e Planos de Desenvolvimento Institucional, bem como através de entrevistas semiestruturadas realizadas com os seus coordenadores. Os resultados obtidos confirmaram as hipóteses iniciais e revelaram algumas constatações, dentre as quais se destacam: 1) o modelo legal proposto para os CSTs, apesar das alterações em sua concepção, continua promovendo uma educação voltada para o mercado de trabalho; 2) a falta de definições nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os CSTs permite a oferta de diferentes propostas educacionais, não sendo possível inferir a concepção

de todos os cursos em âmbito nacional; 3) os quatro cursos analisados promovem uma formação com visão tecnológica abrangente, permitindo ao profissional a atuação em vários segmentos da sua área, integrando teoria e prática e destinando uma maior carga horária para a teoria; 4) apesar da oferta de uma formação abrangente, todos os cursos analisados são voltados para o mercado de trabalho; 5) enquanto a UNESA tem ampliado a oferta de CSTs, o IFF tem reduzido. Esses resultados reforçam a necessidade de continuidade e ampliação de políticas públicas para graduação tecnológica, incluindo a definição de uma organização curricular que contribua para a formação omnilateral do trabalhador, contemplando teoria e prática, trabalho manual e intelectual, para além da simples capacidade de resolver problemas imediatos e inerentes ao mercado de trabalho.

**Palavras-Chave:** Cursos Superiores de Tecnologia; Políticas Públicas; Educação Profissional e Tecnológica; Concepção de Educação.